



# Academic

INTERNATIONAL WORKSHOP  
ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION

“CLEANER PRODUCTION FOR ACHIEVING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS”

## Os Sentidos da Sustentabilidade: Estudo Comparativo entre Discursos do Estado e do Mercado

PAGOTTO, E. L.<sup>a</sup>, GONÇALVES-DIAS, S. L. F.<sup>b</sup>

a. doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade da Universidade de São Paulo, Brasil, [ericopagoto@usp.br](mailto:ericopagoto@usp.br)

b. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, do Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade e do curso de Bacharelado em Gestão Ambiental da Universidade de São Paulo, Brasil, [sgdias@usp.br](mailto:sgdias@usp.br)

### Resumo

Este artigo buscou investigar os sentidos da sustentabilidade nos discursos do Estado e do mercado. Para tal, a questão norteadora da pesquisa foi como os conceitos de sustentabilidade estão sendo incorporados nos discursos de organizações destes setores. Foram analisados e comparados os discursos expressos no Plano de Produção e Consumo Sustentável – PCS, ora em construção no Brasil, com aqueles dos Relatórios Integrados dos dois maiores bancos privados do país. Apoiou-se nos preceitos da análise sociológica do discurso para interpretação dos dados. A partir das evidências coletadas nas peças de comunicação foi possível comparar de que forma os discursos do mercado e do Estado aproximam-se ou distanciam-se quanto aos múltiplos sentidos da sustentabilidade.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Produção e consumo sustentáveis. Análise sociológica do discurso. Relatório Integrado.

### 1. Introdução

O avanço da presente crise socioambiental e seus impactos tem sido alvo de inúmeras pesquisas. O quinto Relatório de Avaliação do IPCC - Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, 2014) demonstrou que o aquecimento global é inequívoco e antropogênico, está afetando drasticamente o degelo nos polos, as correntes marítimas, a circulação atmosférica, o nível de acidez nos oceanos e as condições de vida na Terra. Neste relatório, o IPCC alerta que as mudanças climáticas requerem ação urgente, como redução de 50 a 85% as emissões de carbono até 2050. A divulgação dos dados do IPCC coincidiu com o lançamento do “Atlas da Mortalidade e Perdas Econômicas” (*World Meteorological Organization*, 2014), que dá conta do crescimento do impacto dos eventos climáticos extremos sobre a humanidade. De acordo com os dados levantados, entre 1970 e 2012 foram 8.835 desastres, 1,94 milhões de mortes e US\$ 2.4 trilhões de perdas econômicas mundiais relacionadas a secas, temperaturas extremas, inundações, ciclones tropicais e epidemias de saúde.

Em resposta a esta crise civilizatória, muitos esforços têm sido envidados tanto do ponto de vista político como científico em busca da chamada “Produção e Consumo Sustentáveis – PCS” que, na opinião de alguns autores (Power e Mont, 2012, Geels et al., 2015, Reisch e Thøgersen, 2015), vem se tornando um novo campo de conhecimento, trazendo contornos teóricos, práticos e políticos que lhe

“CLEANER PRODUCTION FOR ACHIEVING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS”

Barranquilla - Colombia - June 21<sup>st</sup> and 22<sup>nd</sup> - 2018

são peculiares. O debate sobre sustentabilidade, no entanto, abriga amplo leque de contradições e polissemias herdadas das limitações técnicas e dificuldades políticas inerentes ao próprio conceito de desenvolvimento sustentável (Gonçalves-Dias, 2014).

Este artigo traz uma análise comparativa das diferenças não apenas semânticas, mas sobretudo ideológicas nos discursos do mercado e do Estado sobre sustentabilidade. Esta é uma questão importante tendo em vista a propositura de políticas fortes para a redução da produção e do consumo em substituição à superficialidade do marketing verde (Vergragt et al., 2014, Reisch et al., 2016).

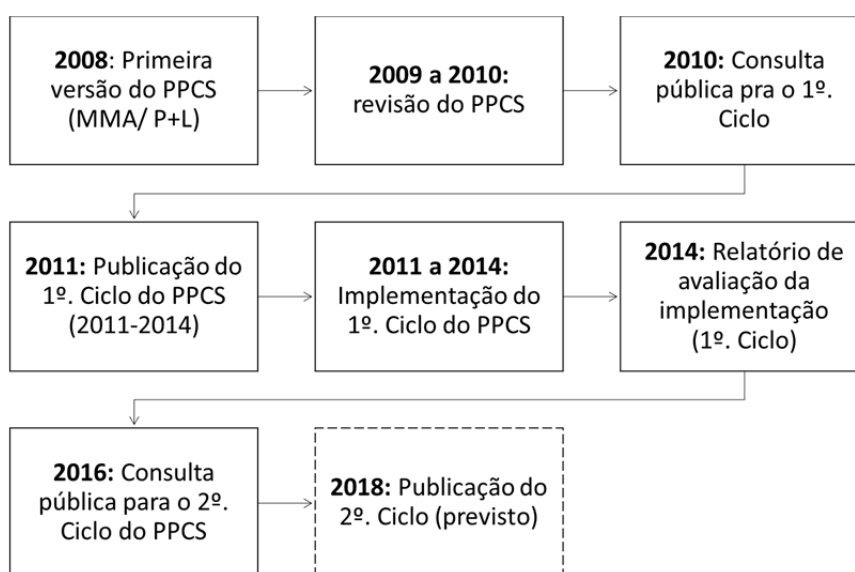
A atuação estatal na formulação de políticas públicas de PCS teve um marco importante na Agenda 21 (Brasil, 1994), considerada por diversos autores como um dos principais resultados da Rio-92, (Bursztyn e Bursztyn, 2012). Especificamente em relação ao consumo, em 2003 foi criada a iniciativa internacional do “Processo de Marrakesh”, para elaboração de políticas de produção e consumo mais sustentáveis (Portilho e Russo, 2008). Em 2012 foi constituído o GRF - Fórum Global de Pesquisa em Produção e Consumo Sustentável, cujo encontro internacional, realizado no Brasil, materializou seus resultados em uma edição especial do *Journal of Cleaner Production* (Vergragt et al., 2014).

Já a incorporação da sustentabilidade nos discursos de organizações privadas tem se dado por meio de diversos tipos de relatórios de sustentabilidade (Belosevich, 2017), que são instrumentos voltados à divulgação de informações socioambientais às partes interessadas, e dos quais hoje há uma tendência de adoção do Relatório Integrado – RI, nos termos propostos pelo *International Integrated Reporting Council* - IIRC (Flower, 2015).

O objetivo geral deste estudo foi investigar as convergências e divergências quanto ao sentido da sustentabilidade nos discursos do Estado e do setor privado, tomados como exemplo, respectivamente, o PPCS brasileiro e os RI’s das duas maiores empresas do setor financeiro no país.

## 2. Métodos

Inspirado pela Agenda 21 Global, pelo modelo do PPCS europeu (CEC, 2008), e orientado pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, após ingressar no Processo de Marrakesh em 2007, o Ministério do Meio Ambiente – MMA iniciou os trabalhos para elaboração do Plano de Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS em 2008 (Figura 1) em consonância também com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS 2030. Em 2016 foi lançado o documento para a consulta pública referente ao “2º. Ciclo do PPCS”, que foi uma das fontes de dados e objeto de análise desta pesquisa.



**Fig. 1:** Resumo cronológico do processo de construção do PPCS brasileiro (elaborado pelos autores).

Como fonte de dados dos discursos do mercado privado foram escolhidos os Relatórios Integrados das duas maiores instituições financeiras privadas do Brasil, os bancos Itaú (2016) e Bradesco (2016). Estas empresas foram escolhidas por serem as instituições privadas que possuem maior valor de mercado do Brasil (US\$ 79,2 bilhões e US\$ 53,5 bilhões, respectivamente, segundo Forbes, 2017) e por seu pioneirismo na publicação de seus Relatos Integrados (Belosevich, 2017).

Como abordagem metodológica de investigação foi adotada a Análise Sociológica do Discurso – ASD, que, segundo Rodríguez Victoriano (2003, p. 25), “consiste na reconstrução crítica de seu sentido ligada à contextualização histórica de sua enunciação”. A ASD considera o discurso como produto social e, de acordo com Conde (2009), duas características a distinguem: estar focada em evidenciar as relações de poder a partir de quem emite os discursos e seu contexto sócio-histórico, numa abordagem mais contextual, e seu foco no corpo dos textos em sua totalidade, sem recortes e levando-se em consideração o poder dos próprios discursos, decorrentes de sua força simbólica intrínseca. Ou seja, neste tipo de análise busca-se compreender não apenas os discursos, mas levar-se em consideração os papéis protagonizados pelos agentes sociais que os emitem e os respectivos contextos.

A ASD utiliza três níveis analíticos: textual, contextual e interpretativo (sociológico), que, segundo Ruiz Ruiz (2009), devem ser compreendidos não de forma linear, mas integrados e dialógicos. Para alcançar estes três níveis, Godoi e Coelho (2011) propõem um guia técnico e metodológico organizado em três etapas com a finalidade de orientar os procedimentos. A integração entre os níveis analíticos e as etapas de avaliação propostas, respectivamente, por estes autores, permitiu construir o guia metodológico para a ASD utilizado na fase empírica do presente artigo (Quadro 1).

**Quadro 1:** Guia metodológico proposto para prática da análise sociológica do discurso.

		Etapas de análise (Godoi e Coelho, 2011)		
		Avaliação inicial	Interpretação	Análise
Níveis de análise (Ruiz Ruiz, 2009)	Textual	Discurso como um objeto: identificar posições, conflitos, temáticas significativas. Realização de leitura aberta, atenta à literalidade e expressividade do texto, bem como, a indícios e evocações.	Nível do enunciado: operação conjunta entre a dedução-indução científica e as conjecturas	Caracterização do discurso: leitura idealmente “literal”, com atribuição de igual valor a cada expressão, seja óbvia ou não.
	Contextual	Discurso como um fato singular: mudança na maneira habitual de leitura, Identificação de peculiaridades geradoras de pistas.	Nível de enunciação: analisar e interpretar as formas expressivas, enunciativas, estilos narrativos e tipos de construção discursiva de um fenômeno social em cada texto.	Compreensão do discurso: análise do contexto, das posições discursivas, das configurações narrativas, dos espaços semânticos, das associações, dos deslocamentos e das condensações.
	Sociológico	Discurso como um produto social: análise particularizada e detalhada para posterior síntese integrativa.	Nível de interpretação: relação entre configurações narrativas e espaços semânticos;	Explicação sociológica do discurso. Realização da síntese.

Fonte: os autores.

### 3. Resultados

#### 3.1. Análise do PPCS

O documento da consulta pública do PPCS lançado em 2016 (Brasil, 2016) apresenta em seu quinto capítulo o plano de ação para os dez eixos temáticos considerados prioritários. Aqui será apresentada uma análise do eixo denominado “Finanças Sustentáveis”. Em um dos pontos, o texto traz:

“CLEANER PRODUCTION FOR ACHIEVING SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOALS”

Barranquilla – Colombia – June 21<sup>st</sup> and 22<sup>nd</sup> - 2018

[1] Inúmeros sinais parecem confirmar, de maneira explícita, a tendência a considerar a internalização das variáveis social e ambiental na estratégia de negócios, como fator não mais indissociável da análise econômica e das perspectivas de retorno financeiro e valorização acionária (Brasil, 2016, p. 67, grifo nosso).

No entanto, logo à frente afirma que:

[2] Tendo em vista que, no modelo econômico vigente, o sistema financeiro é um dos agentes mais importante na determinação do desenvolvimento econômico, este não poderia caminhar à margem da agenda da sustentabilidade. As instituições financeiras estão expostas a riscos que podem e traduzir em prejuízos relevantes, comprometer sua saúde financeira e, no limite, sua continuidade.

[3] Considerando a perspectiva que instituições financeiras não possuem qualquer tipo de atividade extrativista ou manufatureira e sem fornecer serviços e produtos de impacto significativo direto no meio ambiente, o setor financeiro não é considerado de alto impacto ambiental (Brasil, 2016, p. 67, grifo nosso).

Por fim o PPCS apresenta o que espera do setor financeiro:

[4] (...) a sustentabilidade corporativa pode ser inserida no setor financeiro de diversas formas. E alguns casos, ela se faz mais presente na criação de novos produtos, com características específicas ligadas à inclusão social ou à preservação ambiental, por exemplo. Em outros há maior esforço na mudança de processos existentes, como a inserção de variáveis socioambientais no processo de avaliação de risco de crédito, nas decisões de financiamento e alocação de recursos e, ainda, na adoção de critérios de sustentabilidade para o desenvolvimento e seleção de fornecedores (Brasil, 2016, p. 74, grifo nosso).

É possível identificar que em [1] apresenta-se a suposta causa dos problemas relacionados à crise ambiental, e que se reconhece que a solução possa se dar por meio da internalização de custos para dentro do sistema econômico, o que está de acordo com a visão científica da Economia Ecológica.

No entanto, a ASD permitiu constatar imprecisões e eufemismos neste texto. Assim, por exemplo, o dito no segundo trecho [2] pode ser uma forma eufemística preferível a dizer que no capitalismo financeiro são os bancos quem majoritariamente determinam os rumos da economia e devem incorporar a sustentabilidade como pauta em suas agendas sob pena de irem ao colapso. Da mesma forma, constata-se no trecho [3] que para o PPCS a atividade financeira exerce apenas um impacto marginal sobre o meio ambiente, quando se sabe que os bancos são os “motores” da economia mundial, seja indiretamente pela alavancagem de empresas, seja diretamente, como seus acionistas. A empresa JBS, por exemplo, é a maior produtora mundial de proteína animal e tem entre seus sócios o Banco Original (majoritário, com 44,35%) e o Banco Nacional do Desenvolvimento - BNDES (21,32%). Por fim, em [4] não se apresenta nenhuma sugestão para as causas do problema de forma sistêmica, além da ecoeficiência e melhoria de processos internos: apenas reafirma-se a fórmula neoclássica da crença na tecnologia como alternativa redentora das mazelas socioambientais.

### 3.2. Análise dos RI do Itaú e do Bradesco

Um aprofundamento teórico voltado às relações entre as forças de mercado e o meio ambiente centra-se nos conceitos de Sustentabilidade Fraca e Sustentabilidade Forte (Dietz e Neumayer, 2007). A concepção conhecida como Sustentabilidade Fraca (amplamente adotada pelo discurso empresarial convencional), corresponde a uma busca pelo equilíbrio entre as esferas econômica, social e ambiental de modo a compatibilizar suas dinâmicas para que se mantenham a longo prazo. Segundo essa linha, as três esferas são igualmente importantes para o funcionamento dos negócios (formando o chamado *triple bottom line*) e sua equiparação seria a forma de se atingir sociedades “economicamente viáveis, socialmente justas e ambientalmente corretas”. Nesse sentido, entende-se que, no longo prazo, os recursos naturais não impõem limites à expansão econômica, considerando que (a) o progresso tecnológico para “eficientização” do uso dos recursos naturais é ilimitado, e (b) “capital, trabalho e recursos naturais são perfeitamente substituíveis entre si” (Romeiro, 2011, p.12). Assim, as perdas de

ecossistemas naturais (e dos serviços que provêm) poderiam ser compensadas por capital financeiro. Todavia, Bursztyn e Bursztyn (2012) consideram que na prática, no entanto, essas relações acabam sendo assimétricas.

A Sustentabilidade Forte, por sua vez, tem no meio ambiente um limite absoluto à expansão da economia, dada a impossibilidade de substituição dos serviços ecossistêmicos essenciais por capital. Romeiro (2011) aponta para o efeito termodinâmico desequilibrante decorrente da introdução de materiais e energia alheios ao sistema. Os adeptos desta corrente enxergam o meio ambiente como fator limitante ao crescimento econômico não pela disponibilidade de matérias primas, mas sim pela capacidade limitada de produzir serviços ecossistêmicos, os quais seriam insubstituíveis e inadequadamente valorados pelo mercado (Ekins et al., 2003).

Um dos primeiros pontos relevantes na análise dos RI's do Itaú e do Bradesco é que em nenhum lugar há uma definição clara do que se entende por "sustentabilidade" apesar da expressão ser mencionada dezenas de vezes em cada um dos relatórios. Ao não definir objetivamente, o texto parece explorar a multiplicidade de sentidos que podem ser atribuídos à sustentabilidade.

A realização da ASD encontrou referências à sustentabilidade nos seguintes sentidos: (1) como parte de indicadores de performance específicos do setor, (2) como referência à sustentação dos próprios negócios da empresa, (3) referindo-se ao uso ecoeficiente de recursos naturais, (4) relacionada à sustentação das relações comerciais do banco com seus clientes e fornecedores, (5) em referência ao desenvolvimento sustentável (e/ou *triple bottom line*) e (6) em referência a novas oportunidades de negócios, produtos ou serviços financeiros. O Quadro 2 apresenta um resumo destes achados com excertos exemplares que permitem ilustrar os sentidos encontrados.

**Quadro 2:** Excertos com os sentidos da sustentabilidade encontrados nos RI's do setor financeiro.

Sentidos de Sustentabilidade	Itaú, 2016	Bradesco, 2016
(1) Sustentação dos negócios da empresa	Nossa estratégia de sustentabilidade foi definida a partir de uma profunda análise sobre nossa visão, Nosso Jeito, nossas políticas corporativas, compromissos e pactos voluntários, pesquisas e encontros com nossos principais públicos (p. 53).	A Política Corporativa de Sustentabilidade prevê diretrizes que visam promover com responsabilidade socioambiental a perenidade de nossas operações e negócios (p. 52).
(2) Indicador de performance ou requisito técnico específico do setor	Fazemos parte dos principais índices de mercado de sustentabilidade do mundo, como o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DJSI), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, o Índice de Carbono Eficiente (ICO2) e o índice <i>Euronext Vigeo Emerging Markets</i> 70 (p. 26).	Buscamos reforçar nosso posicionamento relacionado à sustentabilidade ampliando nossas instâncias de governança. (...) fomos selecionados novamente para integrar o <i>Dow Jones Sustainability Index</i> (DJSI), a carteira <i>Dow Jones Sustainability Emerging Markets</i> e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Também somos signatários do Pacto Global, dos Princípios do Equador, dos Princípios para Sustentabilidade em Seguros (PSI) e dos Princípios para o Investimento Responsável (PRI) (p. 18).
(3) Uso ecoeficiente de recursos naturais	Todos os dados relacionados ao consumo de água, energia, geração de resíduos, tratamento de efluentes, emissões de CO <sub>2</sub> , são coletados e consolidados pela equipe de sustentabilidade. Nossas metas de redução e as ações de melhoria para atingir esses objetivos são gerenciadas em conjunto, buscando a maior eficiência no uso de recursos e um menor impacto ambiental (p. 38).	Alinhado às diretrizes de nossa Política Estratégica de Sustentabilidade, o Grupo Bradesco Seguros tem promovido ações que contribuem para a conscientização sobre questões socioambientais corporativa e estimulado práticas que visam o consumo consciente de água, energia e gestão de resíduos (p. 19).

Sentidos de Sustentabilidade	Itau, 2016	Bradesco, 2016
(4) Relações comerciais	Sustentabilidade e satisfação do cliente: Queremos ser um banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes (p. 43).	Com o objetivo de zelar pelo engajamento dos nossos fornecedores na busca pela sustentabilidade, promovemos anualmente o Encontro Bradesco de Fornecedores (p. 72).
(5) Referência ao desenvolvimento sustentável ("triple bottom line")	Entre as principais funções da gestão e da governança em Sustentabilidade, destacamos a integração e o alinhamento das atividades sociais, econômicas e ambientais para obtenção de resultados concretos, de acordo com as nossas estratégias (p. 52).	Nossa estratégia de sustentabilidade está centrada na gestão de riscos e oportunidades de negócios inclusivos e alinhados à economia verde, no fortalecimento da governança e da conduta ética, na geração de valor compartilhado para funcionários, fornecedores, clientes e acionistas, e no investimento socioambiental para a transformação social e preservação do meio ambiente (p. 51).
(6) Oportunidades de negócios	Nosso Mapa da Sustentabilidade determina três focos estratégicos para nossas atividades: Diálogo e Transparência, Educação Financeira, e Riscos e Oportunidades Socioambientais (...) oferecemos aos nossos clientes recursos com um acréscimo ambiental e social: Fundos Itaú Excelência Social (FIES), Fundos Itaú "Ecomudança", Fundo Itaú Futura (p. 53-54).	(...) possuímos produtos específicos com critérios socioambientais. Entre as linhas de crédito com esse apelo há a Leasing Ambiental, CDC Kit Gás, CDC Aquecedor Solar, CDC Certificado Florestal, Capital de Giro Ambiental, Capital de Giro Florestal e Programa ABC (Agricultura de Baixo Carbono). Outros produtos sustentáveis são: Cartão BNDES, Cartão Bolsa Floresta, Cartões Virtuais, Programas Bônus Club e Programa Membership Rewards® (p. 59). Já a Política de Sustentabilidade aborda boas práticas que favorecem o desempenho econômico (p. 114).

Fonte: dados da pesquisa

Estudos anteriores demonstraram que os Relatórios Integrados apresentam limitações quanto a sua capacidade de incentivar a gestão integrada da sustentabilidade às estratégias empresariais (Stacchezzini, Melloni e Lai, 2016) pois seu enfoque está mais sobre a geração de valor e pouco alinhados aos princípios da "sustentabilidade forte" que caracterizaria a Economia Ecológica (Belosevich, 2017), problemas que já haviam sido identificados no conceito de responsabilidade social corporativa (Gonçalves-Dias, Teodósio, 2012; Antonioli, Gonçalves-Dias, 2015).

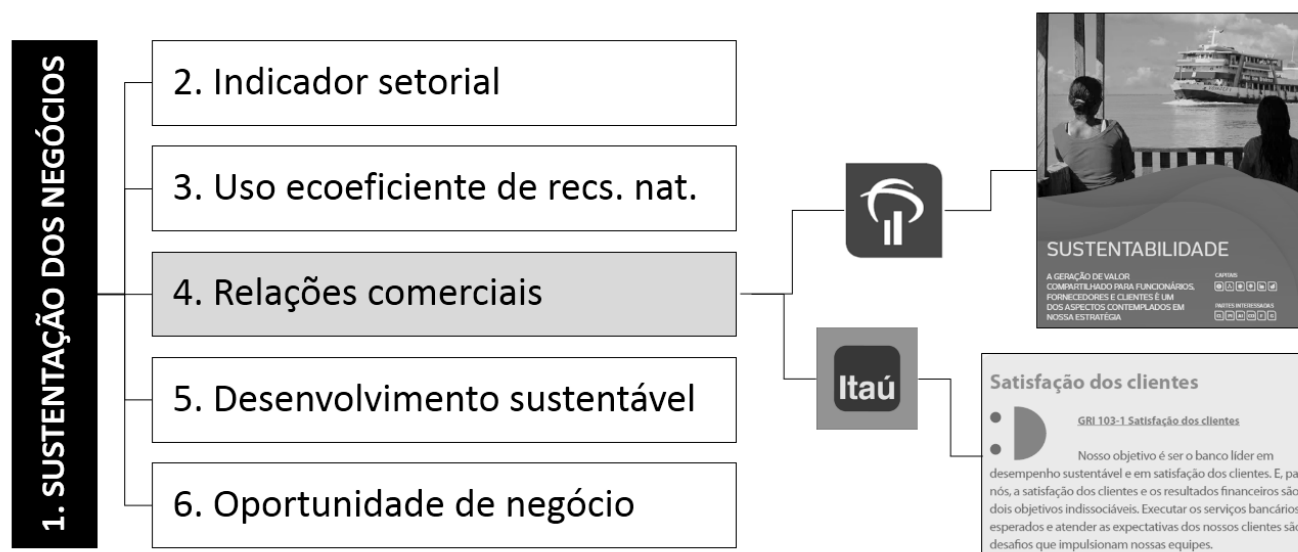
A ASD comparada entre os discursos dos RI's das duas empresas privadas demonstrou que a sustentabilidade é central para ambas, e que há um alinhamento ideológico ao longo dos documentos como um todo no emprego desta expressão, que é o da plenitude de seu uso polissêmico. Tal polissemia não se verifica de forma aleatória, mas, ao contrário, é possível identificar um "núcleo duro", centrado na sustentação dos negócios, e que se interpenetra com os outros sentidos possíveis (Quadro 2). Assim, por exemplo, um destes outros sentidos é o da sustentação das relações comerciais: enquanto o Bradesco (2016, p. 50) mostra uma agência-barco indo ao encontro de ribeirinhos com a seguinte legenda: "Sustentabilidade - a geração de valor compartilhado para funcionários, fornecedores e clientes é um dos aspectos contemplados em nossa estratégia", o Itaú (2016, p. 43) apresenta como um de seus princípios: "Sustentabilidade e satisfação do cliente: Queremos ser um banco líder em performance sustentável e em satisfação dos clientes" (Figura 2).

### 3.3. Comparação entre os sentidos da sustentabilidade nos RI's e no PPCS

A comparação dos discursos da sustentabilidade dos RI's com os do capítulo sobre "Finanças Sustentáveis" do PPCS apresenta pontos de convergência, mas também de divergência. De forma geral, podem ser citadas:

- O lugar de fala: o PPCS representa oficialmente a voz do Estado, enquanto os RI's, a voz das principais empresas do setor financeiro,
- As bases teóricas da sustentabilidade: ao mencionar em [1] a "tendência a considerar a internalização das variáveis social e ambiental na estratégia de negócios, como fator não mais indissociável da análise econômica" o PPCS está fazendo uma clara referência aos princípios da

Economia Ecológica, enquanto os RI's não trazem esta questão, mas operam dentro da Economia Neoclássica tornada “verde” pela inclusão de elementos associados à ecoeficiência e ao seu desempenho mercadológico,



**Fig. 2:** Exemplo dos sentidos da sustentabilidade identificados nos Relatórios Integrados do setor financeiro (elaborado pelos autores).

- c) A “operacionalização” da sustentabilidade no PPCS se dá por meio de elementos normativos, como pactos voluntários e intersetoriais, enquanto no caso dos RI's ela se dá por meio de indicadores de gestão e performance,
- d) Embora os documentos reconheçam a atual crise ecológica, as alternativas propostas são diferentes. Enquanto o PPCS propõe a internalização para dentro do sistema econômico, os RI's propõem melhor controle administrativo e de gestão,
- e) Com relação às propostas de melhoria para o setor financeiro, o PPCS propõe manutenções adaptativas aos sistemas atuais, melhorias na orientação do cidadão sobre a utilização dos recursos financeiros, criação de novos produtos financeiros pelo mercado e incorporação de indicadores de sustentabilidade, enquanto os RI's trazem ecoeficiência, mecanismos de governança corporativa, investimentos em cultura e incentivos fiscais. Há neste ponto, portanto, um alinhamento entre a proposituras de ambos os setores, público e privado.

Na presente pesquisa não foi avaliada a participação da sociedade civil. Pesquisa realizada por Brizga et al. (2014) discutiu que em alguns países emergentes há uma ausência de compreensão por parte da população e da classe política dos conceitos de desenvolvimento sustentável e de PCS. No Brasil, duas organizações não-governamentais participaram do processo de elaboração do PPCS: o Instituto Akatu e o Instituto de Defesa do Consumidor – Idec.

O Idec é, segundo sua própria definição (Idec, 2018), uma associação de consumidores sem fins lucrativos, independente de empresas, partidos ou governos, que tem como missão orientar, conscientizar, defender a ética na relação de consumo e, sobretudo, lutar pelos direitos de consumidores-cidadãos como você. Em uma pesquisa que se propôs a realizar um estudo analítico sobre o Idec, Belinky (2010) identificou que sua atuação é cercada por ambivalências relacionadas às intenções, atenções e ações cuja causas podem estar atreladas à aleatoriedade, oportunismo, pluralidade, objetividade e estrutura da ONG. Já o Instituto Akatu se autodefine como sendo uma associação civil que tem como finalidade buscar a ampliação da consciência dos cidadãos no sentido de considerarem em seus atos de consumo os impactos sobre a economia, a sociedade e o meio ambiente. Estudo realizado sobre sua atuação demonstrou que “apesar de se afirmar ‘transformador’, o discurso do consumo consciente difundido por esta entidade se alinha ideologicamente não só ao pensamento hegemônico ambiental internacional, mas, sobretudo, ao processo de afirmação do

neoliberalismo, do mercado e da tecnologia como ferramentas de enfrentamento da crise ambiental” (Bierwagen, 2016).

Se a ausência de conhecimento e interesse público detectada por Brizga et al. (2014) também se verificar no Brasil, isso pode se constituir numa “janela de oportunidade” para colher os chamados “frutos ao alcance das mãos”, seja na forma de melhorias na comunicação com a sociedade (Cohen et al., 2005), seja por meio da ação estatal (Spangenberg, 2014).

#### 4. Discussão

A análise do PPCS e do RI's mostra que estes documentos reconhecem o cenário da atual crise ambiental como desafiador, e trazem, cada um, suas propostas e alternativas de intervenção, que como demonstrado, encontra-se em grande parte alinhado quanto às suas práticas.

É importante pontuar que particularmente em situações de crise econômica a propositura de iniciativas mais arrojadas para conter a expansão da produção em termos biofísicos pode encontrar muitas oposições, o que já foi constatado em outros países que estão em processo de implementação de seus PPCS (Brizga et al., 2014, Geels et al. 2015). Especificamente no caso do Brasil, a crise político-econômica instalada após 2016 tem promovido cortes nos orçamentos governamentais, aumento da precarização de condições trabalhistas, desaparecimento dos órgãos responsáveis pelo monitoramento e fiscalização do meio ambiente e flexibilização da legislação ambiental (Porto-Gonçalves, 2018), criando um ambiente político desfavorável ao debate sobre PCS.

A combinação de fatores como baixo protagonismo social, incompreensão das causas e consequências dos limites ecossistêmicos e prevalência do pensamento neoliberal podem criar um cenário propício à retórica neodesenvolvimentista (Veiga, 2006) que, dada sua centralidade economicista, leva a políticas de governança baseadas em consumo sustentável fraco (Lorek e Fuchs, 2013), incapazes de oferecerem soluções concretas à crise sistêmica. Isto vai ao encontro do que Antonioli e Gonçalves-Dias (2015) alertavam sobre a importância de uma compreensão mais profunda das estratégias de comunicação ambiental das organizações e da necessidade de um trabalho conjunto entre empresas e poder público em torno de um quadro regulatório que, ao mesmo tempo, acenda as luzes sobre a importância de se comunicar adequadamente questões referentes ao meio ambiente e evite o *greenwashing*. Não se tratam, portanto, de problemas localizados, mas que estão relacionados à nova configuração de forças no cenário econômico mundial e demandam tratativas intersetoriais.

#### 5. Conclusão

Este artigo procurou apontar como o uso polissêmico da sustentabilidade pode favorecer a construção de discursos ideológicos de governança ambiental tanto por parte do poder público quanto das organizações privadas. Foi possível constatar que embora os discursos partam de lugares de fala distintos (governo x mercado) e de premissas ontológicas distintas (economia ecológica x economia verde) utiliza-se discursos semelhantes que não necessariamente levam a uma postura crítica em relação às alternativas que se apresentam perante o atual cenário de crise socioambiental sistêmica.

Especificamente no caso do Brasil, o PPCS em construção reconhece necessidade de internalização dos custos ambientais para dentro do sistema econômico, o que está de acordo com as premissas da Economia Ecológica e dos preceitos da sustentabilidade forte. No entanto, as propostas para que isso aconteça são reformistas, alinhadas ao paradigma da Economia Neoclássica “verde” ou seja à sustentabilidade fraca. Já o discurso do setor financeiro, bem como suas propostas de atuação estão alinhadas ao discurso raso da sustentabilidade fraca do ponto de vista da Economia Neoclássica. Os discursos analisados utilizam as polissemias da sustentabilidade amplamente, tornando ambíguos os sentidos do que deve ser sustentado, e como fazê-lo.

Se o modelo atual de desenvolvimento apresenta muitas contradições, é importante que se compreenda por meio dos discursos dos diferentes agentes quais são estas contradições, suas



premissas, seus alinhamentos, bem como possíveis alternativas a partir da crise de insustentabilidade que se apresenta. Qualquer alternativa de solução só pode passar pela via política e democrática, construída não a partir da compreensão dos riscos e possibilidades no cenário da atuação intersectorial global, regional e local.

## Referências

- Antoniolli, G., Gonçalves-Dias, S.L.F. 2015. Uma discussão em torno de responsabilidade, comunicação ambiental e *greenwashing*: o caso da Petrobrás. *Organizações e Sustentabilidade*, Londrina, v. 3 n. 1, 3-46, jan./jun.
- Belosevich, P. R. S. 2017. O Relato integrado sob a ótica da economia ecológica: uma análise multimétodo. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental. Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Bierwagen, M.Y. 2016. A Ideologização do Consumo Consciente: Soberania do Consumidor e Liberdade de Escolha no Caso do Instituto Akatu. *Revista Gestão.Org*, v. 14 n. 1, p. 75-87.
- Bradesco. Relatório Integrado. <[www.bradesco.com.br/ri](http://www.bradesco.com.br/ri)>. Acesso em 20 mar 2018.
- Brasil. 1994. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: Agenda 21. Brasília. Tradução do Ministério das Relações Exteriores.
- Brasil. 2016. Ministério do Meio Ambiente. Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis – PPCS: diretrizes para implementação do 2º. Ciclo. Ministério do Meio Ambiente. Brasília.
- Brizga, J., Mishchuk, Z., Golubovska-Onisimova, A. 2014. Sustainable consumption and production governance in countries in transition. *Journal of Cleaner Production* vol. 63, p. 45-53.
- Bursztyn, M., Bursztyn, M. A. 2012. Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond.
- CEC – Commission of the European Communities. 2008. Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions on the Sustainable Consumption and Production and Sustainable Industrial Policy Action Plan. <<http://eur-lex.europa.eu>> Acesso em 20 mar 2017.
- Cohen, M. J., Comrov, A., Hoffner, B. 2005. The new politics of consumption: promoting sustainability in the American marketplace. *Sustainability: Science, Practice, & Policy* vol. 1, no. 1.
- Conde, F. G. del A. 2009. Análisis sociológico del sistema de discursos. Cuadernos Metodológicos 43. Madrid: CIS - Centro de Investigaciones Sociológicas.
- Dietz, S., Neumayer, E. 2007. Weak and strong sustainability in the SEEA: Concepts and measurement. *Ecological Economics - Special Issue on Environmental Accounting: Introducing the System of Integrated Environmental and Economic Accounting* vol. 61, no. 4.
- Ekins, P., Simon, S., Deutsch, L., Folke, C., De Groot, R. 2003. A framework for the practical application of the concepts of critical natural capital and strong sustainability. *Ecological Economics*, v. 44, n. 2-3, p. 165–185.
- Flower, J. 2015. The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, v. 27, p.1 – 17.
- Forbes. 2017. The World's Biggest Public Companies. <<https://www.forbes.com/global2000/>>. Acesso em 20 fev 2018.
- Geels, F. W., Mcmeeke, A., Mylan, J., Southerton, D. (2015) A critical appraisal of Sustainable Consumption and Production research: The reformist, revolutionary and reconfiguration positions. *Global Environmental Change*, v. 34, p. 1-12.

- Godoi, C. K., Coelho, A. L. A. L. 2011. Análise Sociológica do Discurso: Aproximação dos Elementos Epistemológicos, Metodológicos e Técnicos ao Campo Organizacional. XXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, RJ, 4 a 7 de setembro.
- Gonçalves-Dias, S. L. F. 2014. Sustentabilidade. In: Boullosa, Rosana de Freitas (org.). Dicionário para a formação em gestão social. Salvador: CIAGS/UFBA, p. 165-168.
- Gonçalves-Dias, S. L. F., Teodósio, A. S. S. 2012. Controvérsias em torno do consumo e da sustentabilidade: uma análise exploratória da literatura. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, v. 1, p. 61-77.
- Idec. Instituto de Defesa do Consumidor. <<https://www.idec.org.br/>>. Acesso em 20 mar 2018.
- IPCC. 2014. Climate Change 2014: Synthesis Report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change [Core Writing Team, R.K. Pachauri and L.A. Meyer (eds.)]. IPCC, Geneva, Switzerland, 151 p.
- Itaú. 2017. Relatório Anual Consolidado 2016. Banco Itaú Unibanco. <<http://www.itau.com.br>>. Acesso em 20 mai 2017.
- Lorek, S., Fuchs, D., 2013. Strong sustainable consumption governance e precondition for a degrowth path? *Journal of Cleaner Production* 38, 36-43.
- Portilho, F., Russo, F. F. 2008. Processo Marrakesh — o consumo sustentável visto pelos organismos internacionais. In: Encontro Nacional da ANPPAS, IV, 2008, Brasília. Anais eletrônicos. Brasília: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade.
- Porto-Gonçalves, C. W. 2018. Da Política da Terra Arrasada à Luta pela Dignidade. *Rebela – Revista Brasileira de Estudos Latino-americanos*. IEILA - Instituto de Estudos Latino-Americanos. UFSC.
- Power, K., Mont, O. 2012. Analysis of latest outcomes of academic work on sustainable consumption 2010-2012. ETC/SCP Working Paper No 3/2013.
- Reisch, L. A., Cohen, M. J., Thøgersen, J., Tukker, A. 2016. Frontiers in Sustainable Consumption Research. *Gaia Ecological Perspectives for Science and Society* vol. 25, no. 4, p. 234-240.
- Reisch, L. A., Thøgersen, J. (Eds.), 2015. *Handbook of Research on Sustainable Consumption*, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing.
- Rodrigues, A. M. 2011. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: Produção do Espaço Urbano – Agentes, Escalas, Conflitos. In: Carlos, A.F.A (org.). *A produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, p. 207-230.
- Rodríguez Victoriano, J. M. 2003. Los Discursos Sobre el Medio Ambiente en la Sociedad Valenciana (1996-2000). Valencia: Universitat de Valencia. Universidad de Valencia – Estudio General Facultad de Ciencias Sociales Departamento de Sociología y Antropología Social.
- Romeiro, A. R. 2011. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 195, out.
- Ruiz Ruiz, J. 2009. Análisis sociológico del discurso: métodos y lógicas. *Forum Qualitative Sozialforschung/Forum. Qualitative Social Research*, v. 10, n. 2.
- Spangenberg, J. H. 2014. Institutional change for strong sustainable consumption: sustainable consumption and the degrowth economy. *Sustainability: Science, Practice & Policy* v. 10, n. 1.
- Stacchezzini, R., Melloni, G., Lai A. (2016) Sustainability management and reporting: the role of integrated reporting for communicating corporate sustainability management. *Journal of Cleaner Production*, v.136, p. 102 – 110.
- Veiga, J. E. 2006. Neodesenvolvimentismo: quinze anos de gestação. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 3, p. 83-94.
- Vergragt, P., Akenji, L., Dewick, P. 2014. Sustainable production, consumption, and livelihoods: global and regional research perspectives. *Journal of Cleaner Production. Special Volume: Sustainable Production, Consumption and Livelihoods: Global and Regional Research Perspectives* v. 63, n. 15 p. 1–12.

World Meteorological Organization. 2014. Atlas of Mortality and Economic Losses from Weather, Climate and Water Extremes (1970 - 2012). Chairperson, Publications Board, Geneva, Switzerland.